

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
GUARANTÃ DO NORTE - MT**

PROTOCOLO Nº 445 / 2025

DATA 11 / 02 / 2025

11:33h

Responsável

*Edmundo Tales dos Santos*  
Agente Legislativo de Administração  
Matrícula: 180



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**Matéria Aprovada  
Unanimidade**

Data 17 / 02 / 25

*Edmundo Tales dos Santos*  
Agente Legislativo de Administração  
Matrícula: 180

Visto

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 010/2025  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.**

**MATÉRIA EM REGIME DE  
URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**

Data 17 / 02 / 25

*Edmundo Tales dos Santos*  
Agente Legislativo de Administração  
Matrícula: 180

**"DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DAS OBRAS DE  
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS SEM A  
PREVIA EXECUÇÃO DAS REDES SUBTERRÂNEAS  
DE INFRAESTRUTURA BÁSICA."**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO  
NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE  
SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E O  
PREFEITO MUNICIPAL AQUIESCENDO,  
SANCIONARÁ A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica vedada a execução das obras de pavimentação das vias públicas, na área urbana, sem a prévia execução das seguintes redes subterrâneas de infraestrutura básica:

**I** - Rede coletora de águas pluviais e Rede coletora de esgoto, quando estas forem tecnicamente recomendáveis; e

**II** - Rede distribuidora de água potável.

**Parágrafo único.** Considera-se, para efeitos desta lei, pavimentação como o revestimento constituído por um ou mais materiais que coloca sobre a via natural, terraplenada, bem como o perfilamento em obras já pavimentadas, para aumentar sua resistência e servir para o tráfego de veículos e pedestres.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Luiz Mena, Câmara Municipal, Guarantã do Norte-MT, 11 de fevereiro de 2025.

*Silvio Dutra da Silva*  
**Silvio Dutra da Silva**  
Vereador-PODEMOS

*Celso Henrique Batista da Silva*  
**Celso Henrique Batista da Silva**  
Vereador - PODEMOS

*Demilson Camargo Martins*  
**Demilson Camargo Martins**  
Vereador-MDB

*David Marques Silva*  
**David Marques Silva**  
Vereador --MDB

*Letícia Camargo*  
**Letícia Camargo**  
Ver. Republicanos

*Alexandre R. Ribeiro Vieira*  
**Alexandre R. Ribeiro Vieira**  
Vereador União Brasil

*Maria Socorro L. Dantas*  
**Maria Socorro L. Dantas**  
Vereadora Republicanos



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA:**

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 010/2025 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.**


*Senhor Presidente,  
Senhores (as) Vereadores (as),*


Na oportunidade, cumprimento Vossas Excelências e demais membros dessa Casa Legislativa, submetendo para a apreciação desse Egrégio Poder Legislativo, o presente Projeto de Lei que tem como principal finalidade zelar pela boa e eficaz aplicação do recurso público.

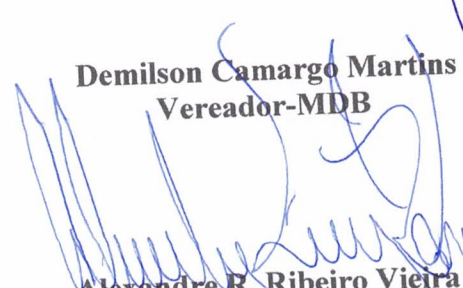
O presente projeto tem como finalidade a implantação das redes subterrâneas de infraestrutura básica antes de se efetuar a pavimentação das vias, de modo a evitar que o pavimento tenha de ser aberto - e refeito - antes da instalação de cada rede suplementar, o que, inevitavelmente, acabará sendo pago pelos contribuintes.

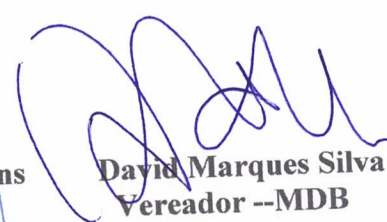
Diante o exposto, para que essa medida venha a beneficiar os munícipes e a infraestrutura da cidade, solicitamos o apoio de todos os vereadores para a aprovação desse projeto, que será de grande importância para os nossos munícipes.

Plenário Luiz Mena, Câmara Municipal, Guarantã do Norte-MT, 11 de fevereiro de 2025.

  
**Silvio Dutra da Silva**  
Vereador-PODEMOS

  
**Celso Henrique Batista da Silva**  
Vereador –PODEMOS

  
**Demilson Camargo Martins**  
Vereador-MDB

  
**David Marques Silva**  
Vereador --MDB

  
**Letícia Camargo**  
Ver. Republicanos

  
**Alexandre R. Ribeiro Vieira**  
Vereador União Brasil

  
**Maria Socorro L. Dantas**  
Vereadora Republicanos





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PROCURADORIA JURÍDICA**  
**PARECER JURÍDICO Nº 018/2025**

Guarantã do Norte-MT, 12 de fevereiro de 2025.

**Ementa:** Administrativo. **Solicitação de parecer jurídico, para prosseguimento de PLL 010/2025.**

**Requerente:** Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

**Solicitante:** Redação Parlamentar.  
Diretor Legislativo

**Assunto:** Projeto de Lei de iniciativa do Legislativo nº 010, de 11 de fevereiro de 2025, o qual “dispõe sobre a vedação das obras de pavimentação das vias públicas sem a previa execução das redes subterrâneas de infraestrutura, no âmbito do município de Guarantã do Norte - MT”.

**Iniciativa Vereadores Autores:** Silvio Dutra da Silva, Celso Henrique Batista da Silva, Alexandre R. Ribeiro Vieira E Leticia Camargo

**Parecerista:** Dr. João Carlos Vidigal – OAB/MT 21.105/O

**BREVE RELATÓRIO**

Cuida-se de consulta realizada pela Diretoria Legislativa desta Câmara Municipal com vistas a obter parecer opinativo acerca da lisura do Projeto de Lei do Legislativo citado em epígrafe. Pretende a Diretoria Legislativa obter manifestação quanto aos aspectos delegatidade, iniciativa, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Foi apresentado o respectivo dossiê, no qual se inserem: Projeto de Lei nº 010/2025 e respectiva Mensagem de Justificativa, de autoria dos Vereadores Silvio Dutra da Silva, Celso Henrique Batista da Silva, Alexandre R. Ribeiro Vieira E Leticia Camargo.

Demais considerações serão feitas na fundamentação jurídica.

Sendo o necessario a relatar.

**DO PARECER**

O projeto de lei acima referido foi proposto sob a justificativa de beneficio a sociedade, isto porque se deve valorizar e melhorar o sistema de saneamento básico qual tem como objetivo

Página 1 de 4



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

conservar os recursos hídricos e reduzir os problemas de saúde da população, bem como, contribuir diretamente na promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado no âmbito do Poder Público Municipal.

Sobre a competência legislativa municipal, cabe consignar o que previsto na Constituição Federal de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

Assim, é possível verificar que a legislação em voga nada mais faz do que organizar o desenvolvimento urbano, inclinando-se em prol e no asseguramento de um meio ambiente protegido e equilibrado, conforme preveem os art. 182 e 225 da Constituição Federal, vejamos:

*“Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

*§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”*

*“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”*

A Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 22, VIII, indica que cabe ao município legislar criar normas de uso de ocupação do solo, como é o caso em questão, vejamos:

*“Art. 22. **Compete privativamente ao município** legislar sobre assuntos de interesse local, bem como prover tudo que diz respeito ao seu interesse territorial, tendo como objetivo primordial o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e a garantia do bem-estar dos seus habitantes e ainda:*

...

*VIII - promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, **DA OCUPAÇÃO E DE USO DO SOLO**, mediante lei específica;”*

Como também o Projeto em baila não tem seu objeto inserido na competência exclusiva do Prefeito.

Nesse sentido, é possível verificar que não há uma ordem que fira os princípios





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

legais e constitucionais, apenas requisitos essenciais quando da execução da norma.

Ainda, é possível verificar que o Projeto de Lei Legislativo nº 010/2025 segue tendência criada pelo Projeto de Lei n. 5.858/13, do Senado Federal, *"que obriga os municípios a implantarem redes subterrâneas de serviços urbanos antes de pavimentar as vias"*.

Logo, se o executivo decidir oportuno e conveniente a realização de alguma obra que objetive a "pavimentação das vias públicas, na área urbana", o Chefe do Executivo deverá primar pelo correto e ético desenvolvimento sustentável urbano, não apenas como consta na exposição de motivo da mencionada lei, porém, segundo a orientação emanada da Constituição Federal, preservando ao máximo possível os interesses ambientais, no caso a preservação e manutenção do meio ambiente e também dos ecossistemas, implantando e fornecendo estrutura básica.

Desse modo, é possível verificar princípios de direito fundamental, no caso a que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ou ainda, de cidadania e da dignidade da pessoa humana, fazendo com que todos os municípios da área urbana possam desfrutar da sadia qualidade de vida, convenhamos, toda iniciativa com este propósito merece e deve ser mantida por seus próprios propósitos, afinal se trata de imposição constitucional aos Poderes Públicos e a sociedade.

Temos ainda, que recentemente foi julgado Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no qual foi rejeitada o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma lei semelhante no município de Camboriú/SC, vejamos a jurisprudência:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC. PROIBIÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO (INCUSIVE RECAPEAMENTO), SEM QUE ANTES SEJAM PROVIDENCIADAS REDES SUBTERRÂNEAS DE ESTRUTURA BÁSICA COLETORA DE ÁGUAS PLUVIAIS, DE ESGOTO E DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL. ALEGADO VÍCIO DE INICIATIVA. INOCORRÊNCIA. ORGANIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO. PREVALÊNCIA DA INTERPRETAÇÃO DA NORMA QUE OBJETIVA O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO ESSENCIAL À SADIA QUALIDADE DE VIDA. NORMA GERAL, SEM INTROMISSÃO NA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA DE INICIATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES. EXEGESE DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL (ART. 14, XVI, E ART. 31, XVII). SIMETRIA COM A NORMA CONSTITUCIONAL ESTADUAL. **INCONSTITUCIONALIDADE AFASTADA.** (TJSC, Direta de Inconstitucionalidade (Órgão Especial) n. 5001328-36.2020.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Artur Jenichen Filho, Órgão Especial, j. 05-05-2021).**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Diante de todo exposto, o presente Projeto de Lei não se encontra eivado de vício formal e material de inconstitucionalidade.

Portanto, opina-se pelo encaminhamento do projeto para análise das comissões temáticas e ao pleno composto pelas Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores para votação e eventual aprovação.

Este parecer não analisa o mérito do projeto de lei que é de competência exclusiva dos Nobres Edis, mas tão somente abrange questões legais e constitucionais de iniciativa e competência.

Contudo, certo da obrigatoriedade quanto a observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”. Neste contexto, é oportuno enaltecer que, no Projeto de Lei em referência merece Emenda quanto ao *vício à técnica legislativa utilizada, como o alcance da norma, que pode afetar todas as esferas de pavimentação ou apenas pavimentação asfáltica nova, o que pode afetar a realização de obras urgentes de requalificação viária, pavimentação asfáltica e sinalização, que em grande parte dependem de recursos de programas de financiamento e emendas parlamentares.*

Sob a responsabilidade do meu grau, e salvo melhor juízo, **EIS O PARECER**, qual com todo acato e respeito, devolvo ao Diretor Legislativo para consideração superior e posterior providências.

**JOAO  
CARLOS  
VIDIGAL  
SANTOS**

Assinado de forma  
digital por JOAO  
CARLOS VIDIGAL  
SANTOS

Data: 2025.02.12

2025-02-12 15:04:00

OAB/MT 21.105/O





Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

## CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	02ª	Data	17 de fevereiro de 2025	Horas	19:30
Ordinária	X				
Extraordinária					

Propositura	Requerimento Nº	ATA	PLCM Nº.	PLM Nº	PLL Nº 010/2025
	PLCL Nº.	PDL Nº.	Indicação Nº		
Outros :					

Autor:	
--------	--

### VOTAÇÃO:

Aprovado	X
Reprovado	
Baixado às Comissões	
Pedido de Vista	
Retorna às comissões/ análise de alterações propostas/proposição de emendas pelo plenário/artigo 64 RI.	

Retirado de Pauta Pelo Autor	
Retirada de Pauta por ausência do Autor	
Retirado de Pauta pela Presidência “submetido à deliberação do Plenário” Art. 166-Regimento Interno-Resolução nº 6/2010.	
Veto Mantido	
Veto Rejeitado	

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	
2	Celso Henrique Batista da Silva	
3	David Marques da Silva	
4	Demilson Camargo Martins	
5	Leticia Camargo de Souza	
6	Maria Socorro Leite Dantas	
7	Silvio Dutra da Silva	
8	Veroni Maria Pansera	
9	Zilmar Assis de Lima	

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não
R	Requerente

  
**Eduardo Tales dos Santos**  
Secretário “AD HOC”